



Jornalismo e a Violência Contra a Mulher¹

CARNEIRO, Priscila Veras²

SANTOS, R. Mota dos³

Resumo:

A ideia desse artigo é trazer ao conhecimento das pessoas inúmeros casos de violência doméstica, pois mesmo sendo um assunto que é pauta internacional ainda existem mulheres que sofrem caladas, e não tem coragem de denunciar seu agressor. Trata-se de um tema de muita polêmica e na busca da compreensão, já se sabe que as mulheres que vivenciam esse tipo de violência elas estão com a alma e o corpo marcado, isso podendo acarretar transtornos psíquicos. E juntando no assunto repórteres mulheres que fazem as matérias sobre esse assunto, como elas se ficam diante de tudo isso, o que passa na cabeça, o sentimento de revolta, e às vezes tem que falar com o indivíduo que está sendo acusado, sabendo que ali ela está como uma profissional, somente para levar a informação, realmente tem que ser muito profissional. Mediante ao assunto mencionado, esse artigo traz histórias de mulheres que passam ou passaram por algum tipo de violência, e conscientizar a população para não se calar ao saber de algum ato como esse contra as mulheres, quando uma mulher é agredida ou assassinada, todas as outras se sentem vítimas desse descaso que acontece há muito tempo, e dizer que em briga de marido e mulher se houver violência, “tem que meter a colher sim”. Essa causa é nossa. A metodologia utilizada foi a bibliográfica.

Palavras-chave: violência; mulher; jornalismo; sociedade; realidade.

Introdução

O artigo tem como objetivo analisar o jornalismo investigativo e p mostrar para os telespectadores que devemos sim, nos importar com o próximo, principalmente nesse assunto que é a violência contra a mulher, trazendo em alguns parágrafos a realidade sofrida por muitas mulheres em várias partes do nosso país pois, são mulheres que pedem socorro de formas diferente e outras resolvem ficar caladas por medo da reação de seu agressor, e em outros casos existem as que vão até a uma delegacia para assim fazer a denúncia. Mas nem sempre uma medida de distanciamento, aquele que diz que não pode

¹ Trabalho apresentado no GT 05 Interfaces Comunicacionais do I Simpósio de Comunicação, Cultura e Amazônia Acadêmica do Curso de Comunicação Social Jornalismo da Faculdade Boas Novas - FBN. Email: priscilaverasassessora@gmail.com.

³ Professora Titular da FBN, Dra. em Teologia, Área de Concentração Educação e Religião pela EST. São Leopoldo/RS e Mestra em Educação Especial pela Universidade do Minho – Braga/PT. Email: raimunda.santos@fbnovas.edu.br



**I Simpósio de Comunicação, Cultura e Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 22 a 26 de novembro de 2021**



chegar perto, vamos mostrar casos que tiveram essa medida, porém, não teve jeito a vítima da agressão infelizmente se tornou mais uma na estatística de feminicídio.

Mulheres que sofrem com agressões psicológicas, e não conseguem dar um basta no sofrimento, assim fiz umas pesquisas em alguns artigos que falam desse assunto tão polêmico, até mesmo uma TV local abordou por um período de ajudar mulheres que passam por essa situação lastimável, nesse sentido vi o quanto é impactante o papel social do jornalismo diante da realidade da violência masculina que afeta boa parte da população feminina diariamente pela condição de ser mulher. Nosso país é o 5º do mundo onde ocorrem mais feminicídios que tiraram a vida de muitas mulheres, essas atitudes de homens agressores causam problemas psicológicos pois nunca se apaga da memória o ocorrido o medo as palavras ditas e cada momento ruim e uma dor que retoma na vida delas.

As mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional - que atribui aos homens a punição das mulheres da família - seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais ou descartáveis (ONU MULHERES, p.13, 2016 apud ONU MULHERES, 2012)

Esse contexto generalizado de violência contra as mulheres acabou levando à criação de leis específicas para combater, essa lei 11.340/2006, em agosto de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lei conhecida como, Lei Maria da Penha, que veio a estabelecer punições mais severas, para quem agride mulheres.

No ano de 1983, Maria da Penha Maia Fernandes ficou paraplégica após sofrer uma tentativa de homicídio pelo marido, a condenação do agressor veio dezenove anos depois, e ele passou apenas dois anos preso. Durante sua trajetória, Maria da Penha tornou-se ativista pela defesa dos direitos das mulheres e chegou a publicar um livro autobiográfico narrando sua luta pessoal e como o sistema judiciário. Assim devemos continuar com essa luta da violência contra a mulher e nesse projeto vou abordar temas que falam de todas as classes sócias e de idades diferentes, porém sabemos que isso está longe de acabar e dizer que elas não estão sozinhas e que se sentirem de alguma forma



agredida tem que pedir ajuda e denunciar no primeiro ato de agressão, dessa maneira pode evitar o pior e diminuir os números de casos de violência contra a mulher.

Em muitas reportagens, onde podemos ver mulheres jornalistas fazendo a cobertura dos eventos de violência contra a mulher, surgem novas perguntas: como a jornalista se sente falando de tal fato, sendo ela uma mulher? E no momento em que a mesma vai entrevistar o denunciado o que passa em sua mente? Raiva, opressão?

Portanto, vários fatores contribuem para a manutenção da opressão feminina nos diferentes setores da sociedade, mas acredita-se que nada mais oprime do que a falta de apoio dentro do lar. Esse cenário cruel e desumano infelizmente caracteriza a vida de muito sofrimento e de dor que vivem rotineiramente por milhares de mulheres, pelo mundo a fora. Esse projeto requer uma pesquisa profunda, desse modo, o mesmo justificase para que as mulheres que passam por isso precisam de mais atenção, tanto dos órgãos competentes quanto de quem mora ao lado da pessoa agredida e não denuncia por medo de represálias de quem comete o crime tão vergonhoso que seja a ser repugnante.

A alta prevalência de violência contra mulher

Há uma alta prevalência de violência contra a mulher, ainda existem muitos aspectos à serem discutido sobre o assunto, por mais que existem campanhas com propagandas falando do assunto, mas infelizmente está longe de acabar com a violência contra mulher. Os estudos apontam que essas mulheres fazem muito o uso na área da saúde, usando ambulância, hospitais, porém, muitas delas ficam sem pedir socorro justamente para não denunciar seu agressor, nesse estudo buscamos conhecer e compreender as situações e como funciona o sistema para acolher quem passa por violência, com certeza, as mulheres que passam por este tipo de abuso, cujos o problema não são só físicos, mas também psicológico, tem que haver uma ajuda pós trauma, essas marcas saem do corpo mas, da alma e do pensamento jamais. Toda via em uma pesquisa de campo, foi feita uma pergunta, se eles vissem um homem batendo em uma mulher o que eles fariam? Dos 20 que responderam 3 falaram que ajudariam, porém 17 ficariam só olhando pelo fato de que ele poderia estar armado ou depois iam voltar, e falaram que



tem mulher que gosta de apanhar e não adianta se meter, esse é o grande problema a ser resolvido, em muitos casos é a omissão de quem está tendo dentro como de fora da situação.

Existem vários tipos de violência contra mulher

O tema em discussão sempre vai ser um tema polêmico, pois todos os dias ouvimos algum caso em lugares e estados diferentes algum tipo de violência contra a mulher seja ela verbal ou física, mediante a relevância do tema escolhido, a violência contra a mulher mesmo sendo um assunto que é pauta internacional ainda existem mulheres que sofrem caladas justamente por medo do seu agressor, que na maioria das vezes é seu companheiro, ou seja além da violência física sofrem com violência simbólica, o qual diz à ela que se denunciar ou vim a pedir a separação ele vai matá-la. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, de 1994, (BRASIL, 1994) alude nove medidas e propagandas específicos que devem ser adotados pelos Estados para combater a violência contra a mulher. Uma delas compete aos meios de comunicação, a saber, a disposição “g” do artigo 8, que prever que os Estados devem incentivar a formulação de “[...]” diretrizes adequadas de divulgação, que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e enalteçam o respeito pela dignidade da mulher” (BRASIL, 1994, P.4). Desse modo ganha mais força para a luta contra esse tipo de ato contra a mulher.

As dificuldades para combater a violência

Podemos ver em muitas reportagens jornalistas mulheres abordando o tema em pauta, daí vem várias perguntas: o que passa na sua cabeça? o pensamento de revolta que ela sente naquele momento que a mesma sendo uma mulher, ter que mostrar o descaso com a pessoa do mesmo sexo, portanto para o autor Azevêdo diz que,

[...] é pouco comum um olhar interpretativo orientado à cobertura dos casos de violência contra a mulher e demais temáticas feministas, com



foco no jornalismo, ainda que diversas e complexas sejam as situações em que as mulheres apareçam pautadas pela imprensa (2010, P. 2).

Nesse sentido, as dificuldades contra a mulher para combater as agressões sempre iremos encontrar pois sabemos que nunca vai zerar esse tipo de ocorrência nas delegacias e, nem nas casas onde pessoas sabem que acontecem a violência, porém não falam porque dizem que não se metem em briga de marido e mulher, logo os dois estão juntos novamente.

Toda mulher merece ser respeitada

Mediante ao assunto temos que mostrar e dizer ao leitor/a que quer ela seja uma simples dona de casa como uma médica, juíza, como em um jornal foi mostrado o momento em que o ex-marido mata a mulher com várias facadas na frente de suas filhas, justamente pelo motivo de não querer a separação, mesmo as crianças pedindo para ele parar com o ato, ele não atendeu o pedido das mesmas, mulheres que passam por algum tipo de violência têm que ter uma atenção especial.

Portanto, quando uma mulher é agredida ou morta todas as outras se sentem vítima desse descaso que acontece há muito tempo e queremos conscientizar que em briga de marido e mulher se houver violência. “tem que meter a colher sim”. É nosso dever denunciar se souber ou presenciar algum tipo de violência, seja ela verbal ou física.

A importância da mídia nos fatos

Assim é a importância da mídia, de acordo com Fischer (2002), a mídia participa de forma efetiva na construção de sujeitos e subjetividades, produzindo saberes e ensinando às pessoas modos de ser e estar na cultura. Para Fonseca (2002), ela representa uma forma de poder, podendo influenciar na opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos. Azambuja (1987, apud FINAMORE; CARVALHO, 2006) Também aponta o poder midiático em manipular as escolhas dos indivíduos, sendo que essa influência nem sempre é notada pelos mesmos levando-os a assumir “[...] postura passiva diante das



notícias veiculadas pelos jornais ou propagandas de TV, e paulatinamente anulando qualquer posicionamento crítico em relação à mensagem” (p. 348). Blay (2003) pesquisou a forma como os casos de violência contra a mulher foram retratados, na metade da década de 1990, nas mídias (notícias de jornais, programações de rádio e televisão), nos Boletins de Ocorrência das delegacias de Polícia e nos Processos Judiciais em cinco Tribunais do Júri da Capital de São Paulo. Os resultados demonstraram que a exposição de antigas obras que descrevem que o homem matou a mulher por esta não aceitar mais a “felicidade” que ele lhe proporcionava.

Coragem para denunciar o agressor

Enquanto houver mulheres com medo de denunciar o seu agressor que ela diz que ele fez sem querer, ou que o “ama”, embora ela saiba que não, isso está muito longe de diminuir e consciência tem que partir primeiro dela, logo se não fizer e for se acostumando com as violências sofridas mais a frente irá caminhar para um feminicídio assim, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar”. Deste modo, Blay (2003) constatou que os meios de comunicação permaneceram reproduzindo a antiga versão de que a vítima é a responsável por sua morte. A modificação da postura midiática frente ao tema, cuja pesquisa de Blay (2003) evidencia, mostra-se como fator que carece, ser constantemente averiguado, considerando o desenvolvimento de políticas públicas e legislações em prol da erradicação da violência contra as mulheres desenvolvidas nas últimas décadas.

Contudo, a luta continua e não devem desistir dessa causa que afeta mulheres em todo o mundo, em todas as classes sociais e dependente de raça ou de cor toda mulher tem que ser respeitada e amada, violência contra a mulher não!

TV do Amazonas faz campanha contra violência doméstica



A TV NORTE AMAZONAS, que é um canal afiliado ao SBT, vem abordando esse assunto de violência contra a mulher, e levando para a população que se uma mulher estiver mostrando um “X” em sua mão, é sinal que ela está pedindo socorro avisando que a mesma passa por violência doméstica, e é importante que as pessoas saibam o significado desse “X”, pois algumas não podem gritar ou falar por medo de represálias do seu agressor, a campanha coloca suas funcionárias com o “X” na mão para encorajar as mulheres de nosso estado do Amazonas, e trazer a sensibilização para poder conscientizá-las de que não estão sozinhas, é esse o papel da imprensa mostrar cada vez mais que temos que continuar a luta para isso diminuir, sabemos que nunca vai acabar mas, trazendo os fatos acontecidos e mostrando que não ficaram esquecidos.

Portanto, o motivo que leva a violência é o homem pensar que a mulher é sua propriedade e ela tem que se submeter as suas vontades, querendo de alguma forma controlar em tudo que ela for fazer, em alguns casos os jornais mostram que o agressor disse que perdeu a cabeça por ciúme que estava fora de si, que se ela não for dele, não vai ser de mais ninguém.

Violência psicológica

Existem algumas situações que é a violência psicológica essa é a mais silenciosa das formas de violência doméstica e, por isso não é alvo da mesma atenção por parte da sociedade ou mesmo da própria vítima, a vítima é levada durante décadas passando por isso, deve ser um soco na alma ter que negar a agressão durante anos. Também conforme a literatura tal violência mostra-se sobretudo como evento das relações de gênero (GIFFIN,1994; SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995) e são em grande parte violências do tipo doméstico (STARK & FILICRAFT, 1991), na realidade infelizmente de assistência é muito baixa e é parte dos direitos em saúde, as mulheres que sofrem com isso merecem de um acompanhamento direto, as situações passadas por elas, são feridas que podem até cicatrizar, mas é a marca que ela vai lembrar para o resto da vida olhar uma marca deixada por quem à agrediu pensamentos que remetem ao passado trágico de gritos, palavras ofensivas e hematomas por seu corpo.

A luta contra a violência não pode parar



Nesse sentido, por outro lado jamais existe uma problemática em expressarem demandas a respeito e lidarem com as soluções encaminhadas, em especial em um plano de denúncias às Delegacias de Defesa da Mulher (BRANDÃO, 1996) que são a primeira forma institucionalizada de acolher e lidar com a violência contra as mulheres, no Brasil. A luta deve e vai continuar por dias melhores para todas mulheres e com garra e coragem de não se calarem mediante as agressões e ameaças feitas, elas devem lembrar que tem sempre ajuda, mas tem que partir delas de pegar o telefone ligar para denunciar ou ir até uma delegacia, até mesmo tentar fazer gravações para ter as provas contra quem à agrediu e colocar o agressor na cadeia, para servir de exemplo para outros que cometem o mesmo crime. Dessa forma as mulheres que estão passando por isso vão ver que a justiça é feita e ela passam a ter mais confiança para fazer a denúncia, a Lei Maria da Penha funciona sim, e serve para ajudar as mulheres desamparadas que se sentem só em meio a tanta violência, que são de várias formas cometidas por homens que se acham no direito de agredir pelo simples fato de serem mais fortes em termo de força.

Da agressão ao feminicídio

No programa Profissão Repórter, do SBT o jornalista Roberto Cabrini, mostrou um fato de uma moça chamada Isabela Miranda que foi estuprada queimada e assassinada por seu companheiro juntamente com o amigo. A revolta da família e amigos e o caso virou comoção nacional, no depoimento do pai da moça ele disse que a mãe falou, para a mesma deixar o companheiro justamente por conta de boatos de agressões e Isabela fala, “mãe deixa eu quebrar a cara, eu o amo”. Infelizmente é isso que acontece primeiro agressão verbal, depois física e o fim já se sabe. Nesse caso a Isabela foi uma mulher que teve medo de denunciar seu agressor que infelizmente fez o pior.

Os dados revelaram, ainda, que 16 milhões de mulheres brasileiras com mais de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência no último ano, entre ofensas verbais (21%), sexuais (8,9%), agressões físicas (9%) ou perseguições (9,10%). Essa lógica se inicia e se desenvolve, portanto, com a naturalização e incentivo desses comportamentos abusivos:



Muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional - que atribui aos homens a punição das mulheres da família - seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais ou descartáveis (ONU MULHERES, p.13, 2016 apud ONU MULHERES, 2012)

Concordando como que diz a ONU.

Não basta querermos somente consolar uma vítima que chora. O ponto é como educamos a sociedade para entender o problema da violência sexual como um problema político e não moral. Como mostramos a ordem patriarcal, que é uma ordem política escondida por trás de 4 uma moralidade. O problema é que está sendo mostrado em termos de moralidade. E é insuficiente mostrá-lo por várias razões. (SEGATO, 2018)

Sendo esse um fenômeno social e cultural complexo, a ser esclarecido e enfrentado por representantes da sociedade, inclusive o jornalismo, o trabalho se dedica a apontar ferramentas jornalísticas, da reportagem literária, capazes de lidar com a complexidade da violência de gênero.

O feminicídio da jornalista Sandra Gomide há 21 anos

No Brasil, um dos principais palcos de crimes diários contra mulheres, o jornalismo tem diariamente o papel de investigar essas realidades, em seu compromisso com a promoção da cidadania, direitos humanos e responsabilidade social da imprensa. Um desses principais momentos para a imprensa nacional foi o assassinato da jornalista Sandra Gomide por Pimenta Neves, seu ex-namorado e diretor de redação nos dois jornais onde conviveram entre 1995 e 2000, ano em que a vítima foi atingida por dois tiros. Tanto a cobertura do caso pelos jornais da época quanto a justiça brasileira tiveram julgamentos que levaram a culpabilizar a vítima e justificar os atos do acusado como um crime cometido por amor ou “passional”, trazendo resquícios de um passado que absolvía acusados por esse motivo enquanto “legítima defesa da honra”.

Por outro lado, o jornalismo literário tornou-se ferramenta para narrar o crime sete anos depois, com o livro “À Queima-Roupa: o caso Pimenta Neves” (VILARDAGA, 2013), que retrata toda a construção da dominação masculina que levou ao feminicídio,



após um padrão de comportamento de Pimenta Neves marcado por abusos, agressões, ameaças e perseguições, motivados pela ideia de que ele exercia poder sobre a vida e as escolhas de Sandra Gomide, enquanto sua ex-namorada e também subordinada no trabalho nas redações de jornais. Tal como exemplifica este trecho:

Depois do fim do relacionamento, Pimenta a demitira do Estadão e ela estava em busca de emprego. (...) Não queria que Sandra se acertasse e estava minando seus esforços. (..) Ligava para amigos ou mesmo conhecidos, com quem não tinha muita intimidade, para fechar as portas para Sandra (...) (VILARDAGA, p. 19, 2013)

O caso completa 21 anos em agosto deste ano, reforçando a necessidade do estudo de sua cobertura nesses livros, ainda não abordados no campo acadêmico, pela importância com que representam o jornalismo de profundidade sobre violência contra a mulher no Brasil, ao esmiuçar a história do crime e as relações de poder, autoritarismo e machismo dentro das redações de jornais da imprensa brasileira. Assim, também é possível encontrar elementos que vão ao encontro da perspectiva de gênero nessas reportagens literárias.

Criação da Lei Maria da Penha

O capítulo A Violência Contra As Mulheres no jornal O Estado de São Paulo investiga, pela metodologia da análise de conteúdo, como o jornal O Estado de São Paulo abordou o tema em suas reportagens e notas nos seis meses adjacentes à sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, e à Lei do Feminicídio, em 2015. A partir das hipóteses da agenda setting, pela perspectiva de Antônio Hohlfeldt (2001), Luiz Martins da Silva (2010) e Luiz Gonzaga Motta (2008), e da hipótese do framing, de acordo com Juliana Freire Gutmann (2006) e Rousiley Maia (2009), é discutido o papel social da imprensa e como a subjetividade dos veículos impacta na visão que a população tem de um determinado assunto.

O que aprendemos de feminicídios e escândalos sexuais anteriores é que mesmo que os meios de comunicação mostrem a monstruosidade do agressor, esse monstro para outros homens resulta uma figura tentadora, porque o monstro é potente (...) como deve ser o sujeito



masculino formatado pelo mandato da masculinidade. (SEGATO, 2018).

Ao apontar que as notícias enfatizam somente a “dor moral” da violência sofrida, Segato (2018) reitera que essa narrativa “não deveria substituir, nem apagar ou se antepor à cena de uma mulher que se tornou uma agente política e por isso denuncia”. Para retratar esses crimes pela perspectiva de gênero, o jornalismo deve ir além do choque e moralismo que acusa os criminosos e lamenta pelas vítimas, para investigar e narrar cada caso como parte de um problema político e estrutural da nossa sociedade.

Não basta querermos somente consolar uma vítima que chora. O ponto é como educamos a sociedade para entender o problema da violência sexual como um problema político e não moral. Como mostramos a ordem patriarcal, que é uma ordem política escondida por trás de uma moralidade. O problema é que está sendo mostrado em termos de moralidade. E é insuficiente mostrá-lo por várias razões. (SEGATO, 2018)

Contudo, continuaremos com a luta da violência contra a mulher, buscar por direitos iguais, e não desistir pois sabemos que isso está longe de acabar, mas, podemos fazer com que possa diminuir e que elas sejam amparadas por pessoas que a possam ajudar a tratar esse trauma. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Principais motivos que levam a violência contra a mulher

Existem algo que leva a facilitar um agressor cometer essa violência contra sua companheira sendo tanto de problema social quanto econômico, e na medida que o homem olha para seu cônjuge como se fosse um objeto que lhe pertence, isso sobretudo eles já fazem suas mulheres vítimas, simplesmente por achar que elas estão em desvantagem, por ele ter a força bem maior e por ele querer ser o machão da história e pensar que manda em tudo, se acha o dono da situação



A violência doméstica tem vários motivos fúteis. Alcoolismo, uso de drogas e questões financeiras são fatores reais e é o machismo do dia a dia de posse que acontecem na maioria dos casos do tipo. O ciúme também é a maior parte dos casos de violência, e isso acontece após o termino de relacionamento, uns chamam o ciúme de amor, mas, a partir do momento que esse sentimento passa a trazer sofrimento para o casal é o primeiro sinal de alerta e esse deve ser acionado como, pensar e refletir que é hora de olhar para a situação e ver se realmente vale apenas continuar, ou acontece o entendimento entre ambos ou deve acontecer a separação, porque na realidade isso pode levar ao extremo de um desfecho trágico,

infelizmente para a mulher que o lado mais fraco por não conseguir medir forças físicas com o homem, ninguém é dono do outro a mulher deve e merece ser livre escolher sua vida futura, que a cada que passa esse tipo de coisa possa diminuir com punições devidas da LEI, Maria da Penha, e fazer com que o agressor venha pensar do que pode acontecer com ele se ao menos tocar na mulher e ter a consciência de que se bater ou matar vai ser preso e até mesmo ir para um presídio e ali pagar por seus atos cometidos por conta de coisas que poderiam ser evitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos voltados para o assunto que é de extrema importância, violência doméstica, mais falado e conhecido como, violência contra a mulher, algumas vertentes de estudos apontam para causas sociais, e outras causas individuais, mas olhando e pesquisando. Apesar das transformações que acontecem na sociedade e em culturas, no que fala ou se refere às relações de gênero, sexo feminino e masculino. São incorporados pelo sujeito em sua subjetividade e convivem com valores relacionados a modalidade. “As mulheres constroem um ideal em função das normas sociais veiculadas pela família e pela sociedade”. (Hirigoyen, 2005:80)

Ao realizar o presente estudo me deparei com vários desafios, foi complicado para mim falar de tantos casos que acontecem com mulheres, eu como uma mulher fico com



o coração partido por tantos relatos citados na pesquisa, outro problema é foi situar a violência psicológica dentro deste fenômeno que é amplo e complexo que constitui a violência contra a mulher. O ambiente onde mais ocorre a violência doméstica contra é dentro de suas casas, seguindo de suas imediações o que acentua e faz a invisibilidade da violência e seu caráter privado, segundo a visão das vítimas a não aceitação por parte do agressor de seus comportamentos ou ciúmes.

Na percepção dos agressores a violência é negada ou minimizada e em geral eles colocam a culpa nas mulheres ou em terceiros, pela violência. Observando as maneiras tradicionais inerentes às relações de gênero, ainda fazem parte da subjetividade dos sujeitos, expressos em valores e atitudes, principalmente aos que dizem respeito às funções domésticas.

Por fim, considera-se que tenha a necessidade de ir mais a fundo na pesquisa de que também existem agressões por conta de uso de drogas, porque em alguns casos eles tiram de dentro de casa para assim trocar por maconha, e outras, e por esse motivo começam os espancamentos e gritos de forma rotineira, sem que elas ao menos percebam o que está acontecendo.

Referências bibliográficas

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; OLIVEIRA, Sara Cândido; CARVALHO, Lucas Gomes de. **A Imprensa Frente À Violência Contra A Mulher: o caso do jornal “O Popular”**.

Schraiber, Lilia B. ET. AL. **A Violência Contra Mulheres: Demandas Espontâneas Ebusca Ativa Em Unidade Básica De Saúde**.

MARINHO, Kamila. **Violência contra mulher: confira as dúvidas mais frequentes sobre o assunto**. 25/09/2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/violencia-contra-mulher-confira-as-duvidas-mais-frequentes-sobre-o-assunto/> . Acesso em: 16 mar 2021.

ONU MULHERES. **Diretrizes nacionais do feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em: www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em: 28 de jul. de 2021.



I Simpósio de Comunicação, Cultura e Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 22 a 26 de novembro de 2021



SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia| Agência Brasil | Agência Brasil | <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>

TV SBT. **O caso Isabela Miranda** - Completo Conexão Repórter 16/09/19. 1 vídeo (40:03) disponível em: <https://youtu.be/WVImEYJsIHM>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TV SBT. **O Inimigo Íntimo**: Cabrini fica frente a frente com PM que assassinou a mulher | Conexão Repórter 6 de abr. de 2021. 1 vídeo (40:27) Disponível em <https://youtu.be/NwdXOrUJEuY>. Acesso em: 16 mar. 2021.